

# ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A.

CNPJ/MF nº 14.528.941/0001-07

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Notas	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.961	6.567
Contas a receber de clientes	8	3.845	4.029
Tributos a recuperar		32	32
Outras contas a receber		96	23
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>6.934</b>	<b>10.651</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	9	9.636	4.390
Depósito judicial		-	12
Direito de Uso	10.a	1.291	1.430
Imobilizado	11	69.921	72.393
Intangível		1.902	2.072
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>82.750</b>	<b>80.297</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>89.684</b>	<b>90.948</b>
<b>Passivo</b>	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	5.073	5.047
Fornecedores		599	32
Tributos a pagar		116	76
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	186	206
Dividendos a pagar	14.c	1.718	1.084
Passivo de arrendamento	10.b	87	364
Outras contas a pagar	13	3.851	326
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>11.630</b>	<b>7.135</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	28.452	33.088
Passivo de arrendamento	10.b	1.198	1.219
Provisão para desmobilização	14	2.206	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>31.856</b>	<b>34.307</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15.a	39.087	39.087
Reserva de lucros	15.b	5.218	8.640
Reserva legal	15.b	1.381	1.267
Reserva especial	15.b	512	512
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>46.198</b>	<b>49.506</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>89.684</b>	<b>90.948</b>

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2023	2022
Receitas operacional líquida	16	17.836	18.100
Custo da produção e operação de energia	17	(10.240)	(8.378)
<b>Lucro bruto</b>		<b>7.596</b>	<b>9.722</b>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(511)	(309)
Outras receitas (despesas) líquidas		(1.383)	(649)
		(1.894)	(958)
<b>Resultado operacional</b>		<b>5.702</b>	<b>8.764</b>
Resultado financeiro, líquido	18	(2.452)	(2.888)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>3.250</b>	<b>5.876</b>
Imposto de renda e contribuição social	19	(961)	(931)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.289</b>	<b>4.945</b>
<b>Ações</b>		<b>39.136.689</b>	<b>39.136.689</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>0,06</b>	<b>0,13</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Capital social subscrito	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>39.087</b>	<b>1.020</b>	<b>512</b>	<b>13.117</b>	-	<b>53.736</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	4.945	4.945
Constituição de reserva legal	-	247	-	-	(247)	-
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.175)	(1.175)
Dividendos adicionais	-	-	-	(8.000)	-	(8.000)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	3.523	(3.523)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>39.087</b>	<b>1.267</b>	<b>512</b>	<b>8.640</b>	-	<b>49.506</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	2.289	2.289
Constituição de reserva legal	-	114	-	-	(114)	-
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(544)	(544)
Dividendos adicionais	-	-	-	(5.053)	-	(5.053)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	1.631	(1.631)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>39.087</b>	<b>1.381</b>	<b>512</b>	<b>5.218</b>	-	<b>46.198</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>10.725</b>	<b>10.396</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.250	5.876	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Ajustes:</b>				Títulos e valores imobiliários		9	(4.026)
Depreciação e amortização	17	5.108	5.143	Aquisições de bens do ativo imobilizado	11	(142)	(24)
Baixa direito de uso	10	(192)	-	<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(4.168)</b>	<b>(1.135)</b>
Juros e atualização monetária sobre financiamentos e arrendamentos	12	3.613	3.738	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Perdas (ganhos) cambiais não realizados de atividades financeiras				Pagamento de dividendos	15	(4.963)	(9.408)
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas		(1.220)	-	Pagamento de arrendamentos	10	(250)	(280)
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>				Pagamento de financiamentos	12	(4.950)	(4.880)
Contas a receber de clientes	184	1.129		<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(10.163)</b>	<b>(14.568)</b>
Impostos a recuperar	(438)	(209)		<b>Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.606)</b>	<b>(5.307)</b>
Outros créditos	(73)	239		<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</b>			
Partes relacionadas	-	(1.197)		Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	6.567	11.874
Fornecedores e outras obrigações	4.092	(328)		Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	2.961	6.567
Impostos a recolher	40	3		<b>Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.606)</b>	<b>(5.307)</b>
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>14.376</b>	<b>14.556</b>					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(3.108)	(3.460)				
Imposto de renda e contribuição social pagos		(543)	(700)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais** – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande-RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2016 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado “Corredor do Senandes IV” (“Corredor do Senandes IV” ou o “Projeto”); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O projeto possui capacidade instalada de 29,7 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva (“LER”) realizado em 18 de agosto de 2011 (“LER 2011”), comercializando 12,9 MWm pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes (“Complexo”), constituído por 4 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 11 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. Operacionalmente, é realizada a medição mensal da energia gerada, e é feito o adiantamento dos valores pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Após o prazo médio de 60 dias, é feito o faturamento efetivo e baixa dos valores antecipados. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. (“Complexo do Senandes”) e indiretamente pela ADS Energias Renováveis S.A.

**2. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

**3. Uso de estimativas e julgamentos** – A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: a) **Julgamentos e estimativas relevantes Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. b) **Redução dos valores de recuperação dos ativos:** A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **4. Políticas contábeis materiais** – A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota Explicativa nº 9). c) **Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário.

Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber considerando o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloadada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. d) **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2023	2022
Aerogeradores e instalações	25	25
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados do seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” nas demonstrações do resultado. e) **Intangível:** Representado por licenças e direitos para implantação e operação, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, são registrados ao custo e serão deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (“CER”), 20 anos a partir do início das operações. f) **Redução ao valor recuperável – “impairment”:** No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. g) **Instrumentos financeiros – pronunciamento técnico CPC 48:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação dos ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são contas a receber de clientes,

outras contas a receber e partes relacionadas. Em 2023 e 2022 a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são fornecedores, empréstimos e financiamentos, e adiantamento de clientes. **Baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. h) **Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação do ativo de direito de uso, em anos, é como segue:

	2023	2022
Terrenos	22	22
Imóveis	3	3
Equipamentos	1	1

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	2023	2022
Até um ano	13,74%	13,74%
Até dois anos	13,10%	13,10%
Até cinco anos	12,44%	12,44%
Até dez anos	13,00%	13,00%
Até vinte anos	13,30%	13,30%
Acima de vinte anos	13,30%	13,30%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. E remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “empréstimos e financiamentos” no balanço patrimonial. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. i) **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. j) **Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, civis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados é contabilizada de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. As provisões da Companhia referem-se à obrigação legal e foram determinadas com base nos custos estimados a incorrer no desmantelamento, desinstalação e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento. k) **Lucro básico e diluído por ação:** Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação. l) **Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária. m) **CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes:** A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes. A receita da venda de energia é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade da energia. • A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as energias vendidas. • O

continua ...